

6.3. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE TADIM:

Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **Freguesia de Tadem**, para a execução da obra denominada **“Requalificação do Espelho de Água de Tadem”**, no montante de **8.509,89 euros**.

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIAS DE TADIM

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: MANUEL PEREIRA DE FARIA intervindo em representação da **FREGUESIAS DE TADIM**, pessoa coletiva de direito público nº 507 007 239, com sede na Rua Dr. Guilherme Braga da Cruz, nº 2, 4705-671 Tadim, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na **FREGUESIA**, em virtude de se

encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de **Tadim** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de _____ 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de _____ 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Freguesia de **Tadim**, em sessão de _____ 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de _____ 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE TADIM**, para a execução da obra denominada “**Requalificação do Espelho de Água de Tadim**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **8.028,20€ à qual acresce 481,69€ correspondente ao I.V.A., perfazendo o total de 8.509,89€** com IVA incluído, por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.^a

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.^a

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.^a

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 11.^a

Ocorrências e emergências

FREGUESIA deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e

por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.^a

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.^a

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.^a

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.^a

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.^a

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.^a

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20.^a

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº _____, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº _____.

Cláusula 21.^a

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.
- Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;

b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em _____ 2016 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em _____ 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 06 de Abril de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Freguesia de Tadim



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/108 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-04-13

10656

FREGUESIA DE TADIM
RUA DR.GUILHERME BRAGA DA CRUZ, Nº2
BRAGA
4705-671 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 507007239

Braga, 2016-04-13

Cabimento: 2016016/108 a 2016-04-13

(EUR)									
Código de	Data de				U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A. Valor
Produto/Conta	Entrega	Designação							
691362	2016-04-13	OBRAS	E	MELHORAM.FREGUESIAS					
		P/DELEG.COMP			----	1,000	8509,89000	0	8 509,89
		Data	Órgão	Económica	Dotação		Valor		
		2016-04-13	01	0805010202	3 966 482,36		8 509,89		

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	8 509,89
			Valor IVA	0,00
			Valor total	8 509,89

Observações:

REQUALIFICAÇÃO DO ESPELHO DE ÁGUAS DE TADIM

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/3028/2016

Assunto: Requalificação do espelho de água de Tadim

Freguesia: Junta de Freguesia de Tadim

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A Junta de Freguesia de Tadim solicita a requalificação do espelho de água existente no largo de S. Bartolomeu em Tadim. No local verificamos que o referido espelho de águas está bastante fissurado o que justifica uma intervenção de fundo.</p> <p>A Junta de Freguesia apresenta três orçamentos para a requalificação do espelho de água, mas como os mesmos não dispõem de detalhe suficiente para uma avaliação correta, estes serviços procederam à elaboração dos mapa de medições e estimativa orçamental e verificam que a obra acarreta um custo de 8.509,89€ com IVA incluído e que se considera aceitável.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um contrato Interadministrativo para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 5 de Abril de 2016</p> <p><i>Harques</i></p> <p>À Sr. Eng. Francisco Harques para elaborar o Contrato Interadministrativo.</p> <p>06.04.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>À de para cabimentar e remeter a reunião do executivo.</p> <p>08.04.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>Concordo com a informação técnica. Na verdade, foi-me facultada a possibilidade de constatar "in loco" o estado de degradação em que o dito espelho de água se encontra. Julgo, pois, devidamente justificada a intervenção proposta, pelo que deverá merecer a aprovação da sua delegação na Junta de Freguesia de Tadim, através de um contrato interadministrativo a submeter à consideração do executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>05.04.2016</p> <p>À consideração superior.</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>Tratando-se de um equipamento no local mais central e frequentado de Tadim com bastante movimento, justifica-se uma intervenção de fundo e reparar os problemas apresentados pelo "espelho de água" com tendência acentuada de depósitos.</p> <p>Durante a reunião de recolha de ideias do Subcomité de Câmara de Braga apresentei o processo e o processo do Executivo Municipal para a requalificação do espelho de água de Tadim.</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>06 Abril 2016</p> <p>À Sr. de Execução.</p> <p>16.04.16</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>(10656)</p>

SR016

01/08 05/0202-